



LEI ORDINÁRIA Nº 364

de 26 de dezembro de 2000

"Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Chapadão do Sul - MS, para o exercício de 2.001".

O Prefeito Municipal de Chapadão do Sul, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais, Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - O conjunto do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social do Município de Chapadão do Sul - MS, para o exercício financeiro de 2.001, estima a receita e fixa a despesa em igual valor de R\$ 12.777.000,00 (Doze Milhões e Setecentos e Setenta e Sete Mil Reais) discriminados pelos anexos integrantes desta Lei.

Art. 2º - A Receita decorrente da arrecadação de tributos e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da Legislação vigente e das especificações constantes dos anexos desta Lei, de acordo com o seguinte desdobramento:

1. RECEITA DO TESOURO

1.1 RECEITAS CORRENTES

- <i>Receita Tributária</i>	<i>R\$ 1.395.000,00</i>
- <i>Receita Patrimonial</i>	<i>R\$ 15.000,00</i>
- <i>Transferências Correntes</i>	<i>R\$ 10.057.000,00</i>
- <i>Outras Receitas Correntes</i>	<i>R\$ 330.000,00</i> <i>R\$ 11.797.000,00</i>

1.2 RECEITAS DE CAPITAL

- <i>Operação de Crédito</i>	<i>R\$ 0,00</i>
- <i>Alienação de Bens</i>	<i>R\$ 15.000,00</i>
- <i>Amort. de Empréstimo</i>	<i>R\$ 0,00</i>
- <i>Transferências de Capital</i>	<i>R\$ 935.000,00</i>
- <i>Outras Receitas de Capital</i>	<i>R\$ 30.000,00</i> <i>R\$ 980.000,00</i>
TOTAL	<i>R\$ 12.777.000,00</i>

Art. 3º - A Despesa total do Orçamento ascende a R\$ 12.656.000,00 (Doze Milhões, Seiscentos e Cinquenta e Seis Mil Reais) importando o Orçamento Fiscal em R\$ 10.807.970,00 (Dez Milhões, Oitocentos e Sete Mil e Novecentos e Setenta Reais) e o Orçamento de Seguridade Social em R\$ 1.848.030,00 (Hum Milhão, Oitocentos e Quarenta e Oito Mil e Trinta Reais).

Art. 4º - A Despesa será realizada de acordo com as especificações constantes dos quadros que integram esta Lei, observado o seguinte desdobramento:

DESPESA

DESPESA POR CATEGORIA ECONÔMICA

- Despesas Correntes R\$ 8.973.289,48
- Despesas de Capital R\$ 3.711.100,00
- Reserva de Contingência R\$ 92.610,52

TOTAL R\$ 12.777.000,00

I - DESPESAS POR ÓRGÃOS

- PODER LEGISLATIVO

0100	Câmara Municipal	R\$	916.400,00
------	------------------	-----	------------

II - PODER EXECUTIVO

0200	Gabinete do Prefeito	R\$	276.500,00
------	----------------------	-----	------------

0300	Assessoria Jurídica	R\$	75.957,48
------	---------------------	-----	-----------

0400	Assessoria de Imprense	R\$	115.000,00
------	------------------------	-----	------------

0500	Secretaria de Governo	R\$	44.100,00
------	-----------------------	-----	-----------

0600	Secretaria Mun. de Administração	R\$	376.752,00
------	----------------------------------	-----	------------

0700	Secretaria Mun. Obras, Transportes e Serviços Públicos	R\$	3.366.000,00
------	--	-----	--------------

0800	Secretaria Mun. de Educação, Cultura, Desporto e Lazer	R\$	4.660.450,00
------	--	-----	--------------

0900	Secretaria Municipal de Saúde	R\$	1.214.860,00
------	-------------------------------	-----	--------------

1000	Secretaria Mun. de Ação Social	R\$	583.170,00
------	--------------------------------	-----	------------

1100	Secretaria Mun. de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente	R\$	391.200,00
------	--	-----	------------

1200	Encargos Gerais do Município	R\$	295.500,00
------	------------------------------	-----	------------

1300	Secretaria Municipal de Finanças	R\$	368.500,00
------	----------------------------------	-----	------------

9999	Reserva de Contingência	R\$	92.610,52
------	-------------------------	-----	-----------

TOTAL DA DESPESA COM RECURSOS DOR\$	12.777.000,00
--	----------------------

TESOURO

Art. 5º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a:

- I - Abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 20% (vinte por cento) do total da Despesa fixada nesta Lei, utilizando como recursos compensatórios as fontes referidas nos incisos I a III do Art. 43 da Lei Federal 4.320 de 17 de março de 1.964.*

II - Realizar Operações de Crédito por Antecipação da Receita, conforme permissão contida no parágrafo 8º do Art. 165 e dentro dos limites estabelecidos no inciso III do art. 167, ambos da Constituição Federal.

Parágrafo Único - Fica autorizado e não será computado para efeito do limite no inciso I deste artigo a abertura de créditos suplementares:

I - Para atender despesas com pessoal com encargos sociais.

II - À conta de recursos provenientes de Operações de Crédito autorizadas por Lei.

III - À conta de recursos transferidos da União e do Estado sob forma de auxílios, convênios ou subvenções.

Art. 6º - Em decorrência do disposto no artigo 66 e seu parágrafo único, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1.964, fica o Executivo Municipal autorizado a movimentar por órgão centrais de controle as dotações atribuídas as diversas unidades orçamentárias e a redistribuir parcelas das dotações de pessoal e encargos sociais, de uma para outra unidade.

Art. 7º - Ficam aprovadas, conforme especificações quadros anexos:

I - O orçamento do Fundo Municipal de Saúde, vinculado a Secretaria Municipal de Saúde, que estima a receita e fixa a despesa para o exercício de 2.001, em R\$ 1.817.060,00 (Hum Milhão, Oitocentos e Dezessete Mil e Sessenta Reais).

II - O Orçamento do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente, vinculado a Secretaria Municipal de Ação Social, que estima a receita e fixa a despesa para o exercício de 2.001, em R\$ 120.760,00 (Cento e Vinte Mil e Setecentos e Sessenta Reais).

- O Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social, vinculado a Secretaria Municipal de Ação Social, que estima a receita e fixa a despesa para o exercício de 2.001, em R\$ 1.320.948,00 (Hum Milhão, Trezentos e Vinte Mil e Novecentos e Quarenta e Oito Reais).

I - O Orçamento do Fundo Municipal de Previdência, vinculado a Secretaria Municipal de Finanças, que estima a receita e fixa a despesa para o exercício de 2.001, em R\$ 698.500,00 (Seiscentos e Noventa e Oito Mil e Quinhentos Reais).

II - O Orçamento do Fundo Municipal de Educação, vinculado a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, que estima a receita e fixa a despesa para o exercício de 2.001, em R\$ 800.00,00 (Oitocentos Mil Reais).

III - O Orçamento do Fundo Municipal de Investimentos Sociais, vinculado a Secretaria Municipal de Ação Social, que estima a receita e fixa a despesa para o exercício de 2.001, em R\$ 164.700,00 (Cento e

Sessenta e Quatro Mil e Setecentos Reais).

Art. 8º - As autorizações contidas nos artigos 5º e 6º desta lei, são extensivas aos orçamentos dos Fundos de que tratam os incisos I a VI do Artigo 7º.

Art. 9º - Esta Lei entrará em vigor em 1º de Janeiro de 2.001.

Art. 10 - Revogam-se as disposições em contrário.

Chapadão do Sul - MS, 26 de Dezembro de 2.000.

JOÃO CARLOS KRUGPrefeito Municipal

Lei Ordinária Nº 364/2000 - 26 de dezembro de 2000

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em